

A. I. N° - 279804.0035/05-7
AUTUADO - VALNEI BATISTA MOTA
AUTUANTES - AUGUSTO JORGE MOREIRA LIMA
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 20.09.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0230-01/05

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO. MULTA. Restou comprovado que no momento da ação fiscal o autuado estava comercializando em estabelecimento clandestino. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 17/06/2005, para aplicar multa no valor de R\$ 460,00, decorrente da falta de Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS e em decorrência de ter sido identificado contribuinte sem inscrição estadual, realizando operações tributadas pelo imposto.

O autuado apresentou defesa à fl. 15, alegando que sua empresa tem a atividade de pousada, prestando serviços na área de hospedagem e que, por não dispor de restaurante, não fornece alimentos; que em meados de 2004 adquiriu alguns tipos de mercadorias, como absorventes, bombons, refrigerantes e cervejas, em quantidades limitadas, para expor aos clientes.

Afirma que desconhecia a existência de uma inscrição estadual antiga e cancelada, sendo que tão logo foi notificado a apresentar a inscrição, a providenciou, atualizando todos os dados nos órgãos competentes, visando a atualização dos cadastros, acrescentando ainda que a antiga atividade não se referia a hospedagem.

Assegura que não houve dolo ou má fé para burlar o erário estadual e que por se encontrar em baixa estação o fluxo de clientes é reduzido e, por esse motivo, se tiver que pagar mais carga tributária terá suas despesas mensais ainda mais oneradas.

Conclui requerendo que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, prestada às fls. 23 e 24, o autuante ressalta que a ação fiscal que redundou no Auto de Infração, decorreu de diligência realizada em 29/10/2004, com o objetivo de apurar a Denúncia n° 6.409/04, quando foi verificado que o estabelecimento se tratava de um motel, no qual ocorria a venda de produtos tributados pelo ICMS. Assevera que no momento foi realizada uma Auditoria de Caixa, que mostrou um resultado positivo, conforme Termo de Auditoria de Caixa, anexo ao PAF, o que comprova que a empresa funcionava embora estivesse com sua inscrição estadual baixada.

Transcreve dispositivos regulamentares referentes à obrigatoriedade do autuado inscrever-se previamente no Cadastro do ICMS e que tratam da incidência do imposto nas operações realizadas pelo contribuinte.

Afirma que apesar do autuado ter procedido a sua regularização no CAD-ICMS, a mesma só ocorreu após a ação fiscal, momento em que praticava operações sujeitas ao imposto. Citando o

art. 141 do RICMS/BA, alega também que a inobservância de uma obrigação acessória a converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Conclui, opinando então pela manutenção do Auto de Infração, afirmando que o autuado em momento algum contestou o objeto da autuação.

VOTO

O RICMS/BA, em seu art. 191, estabelece que será considerado clandestino qualquer estabelecimento comercial ou industrial, que não estiver devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), ficando aqueles que assim se encontrarem sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária estadual e, inclusive, à apreensão das mercadorias que detiverem em seu poder, ressalvados os casos em que seja dispensada a inscrição cadastral.

Já o art. 42, XV, alínea “f” da Lei 7.014/96, aplica a multa de R\$ 460,00 pela falta de inscrição ou de renovação da inscrição na repartição fiscal.

Em decorrência da ação fiscal transcorrida em 29/10/2004, o autuado requereu sua reativação no cadastro, obtendo-a somente em 23/02/2005, quando também alterou sua atividade de “comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente” para “outros tipos de alojamento”. Esses fatos comprovam que o autuado vinha funcionando e comercializando mercadorias de forma irregular; evidenciam também que o seu titular sabia desse fato e que sua declaração de desconhecer a existência de uma inscrição antiga e irregular não apresenta nenhum respaldo. Vemos assim delineado, o histórico de uma empresa que vem no decorrer do tempo, alternando períodos de atividade regular com outros nos quais sua situação cadastral apresenta-se inadequada no CAD-ICMS.

Ressalto portanto, não restar dúvida quanto ao fato de que no momento da fiscalização, ou seja em 29/10/04, o autuado estava funcionando em estabelecimento comercial sem que sua inscrição estadual estivesse na situação de “ativa” no Cadastro Estadual.

Logo, entendo que o procedimento do auditor autuante ocorreu em conformidade com a legislação vigente, pois ficou comprovado que no período da fiscalização o autuado estava funcionando irregularmente.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279804.0035/05-7**, lavrado contra **VALNEI BATISTA MOTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 460,00**, prevista no art. 42, XV, “f”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR